Lucro do Banco do Brasil despenca 66,5%

Especialista vê risco e alerta para crise de dívidas no agronegócio

PREFEITURA DE RIO BRANCO



Com inadimplência rural em alta, especialista alerta para riscos de execuções, perda de garantias e dificuldades na renegociação de financiamentos

Da **Redação**

O avanço das dívidas no agronegócio brasileiro começa a produzir efeitos significativos sobre o sistema financeiro. O Banco do Brasil registrou lucro líquido ajustado de R$ 1,27 bilhão no terceiro trimestre de 2026, uma queda de 66,5% em relação ao mesmo período do ano passado. O resultado, divulgado na noite de quarta-feira (11), foi pressionado principalmente pelo aumento da inadimplência no crédito rural.

A deterioração da carteira de financiamentos levou a instituição a reduzir pela metade sua projeção de lucro para 2026, que passou de uma faixa entre R$ 18 bilhões e R$ 22 bilhões para R$ 9 bilhões a R$ 11 bilhões.

Os números revelam um problema que vai além dos resultados de uma das maiores instituições financeiras do país: a crescente dificuldade de produtores rurais em honrar compromissos bancários e os possíveis efeitos desse cenário sobre o financiamento da próxima safra.

De acordo com o balanço do Banco do Brasil, a inadimplência em operações com atraso superior a 90 dias chegou a 6,08% em setembro, ante 4,51% no mesmo período de 2025.

No agronegócio, o indicador avançou de 4,84% para 6,92%, com maior concentração entre médios e grandes produtores de soja, milho e pecuária, principalmente na região Centro-Oeste.

Para o advogado Bruno Medeiros Durão, especialista em Direito Bancário e fundador da DAP Advocacia, a elevação dos atrasos representa um alerta tanto para as instituições financeiras quanto para a continuidade da atividade produtiva no campo.

"Quando a inadimplência rural cresce nesse ritmo, o problema deixa de atingir apenas o produtor e passa a afetar toda a cadeia econômica. O banco pode se tornar mais rigoroso na concessão de crédito, enquanto o agricultor enfrenta dificuldades para financiar a próxima safra. Se não houver alternativas viáveis de renegociação, o endividamento pode comprometer a produção, os investimentos e até a manutenção da atividade rural", analisa.

PRODUTORES PODEM TER DIREITO À PRORROGAÇÃO DAS DÍVIDAS

Um dos principais pontos jurídicos da crise está nas possibilidades de renegociação e alongamento dos financiamentos rurais.

A legislação brasileira e as normas do Conselho Monetário Nacional estabelecem hipóteses específicas de prorrogação de dívidas do crédito rural, considerando fatores como dificuldades de comercialização da produção, perdas de safra e situações que comprometam temporariamente a capacidade de pagamento.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), por meio da Súmula 298, consolidou o entendimento de que o alongamento das dívidas rurais pode constituir um direito do devedor, desde que preenchidos os requisitos previstos na legislação aplicável.

Isso não significa, entretanto, que todo produtor inadimplente tenha direito automático à suspensão ou ao parcelamento de suas obrigações. Cada situação depende da modalidade do financiamento, das normas vigentes e da comprovação das condições exigidas.

"Existe uma diferença importante entre o produtor que simplesmente deixa de pagar e aquele que enfrenta uma dificuldade comprovada em razão de perdas agrícolas ou problemas de comercialização. A legislação prevê mecanismos de proteção para determinadas operações de crédito rural. Quando os requisitos legais são preenchidos, a prorrogação pode representar um direito do devedor, e não apenas uma concessão do banco", explica Bruno Durão.

Petrobras amplia capacidade de 11 plataformas

Da **Redação**

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, destacou a eficiência operacional da companhia ao ampliar a capacidade de produção de 11 plataformas em 282 mil barris de óleo por dia. Segundo ela, os dados reforçam o resultado positivo do terceiro trimestre de 2026, período em que a estatal lucrou quase R$ 40 bilhões.

Magda disse que o aumento da produção impulsiona a autossuficiência e a posição do Brasil entre os maiores produtores de petróleo.

"O que nós estamos fazendo é, nada mais, nada menos, do que antecipar a produção dessa capacidade estendida em quatro anos. É uma antecipação de produção de 280 mil barris de petróleo por dia que a gente já tem hoje licenciado. Esse número é gigantesco e completamente inimaginável", disse.

A presidente também informou que a Petrobras tem ampliado o refino que espera alcançar a autossuficiência de diesel até 2031. No terceiro trimestre, a companhia produziu 769.000 barris por dia de diesel.

"Assim, garantimos o espaço do diesel no mercado brasileiro para Petrobras de uma forma absolutamente relevante, em um momento de grave crise e instabilidade geopolítica externa", disse Magda. "Isso sem as refinarias do Amazonas, Rio Grande do Norte e Bahia que foram vendidas num passado recente. Se nós ainda tivéssemos essas três, talvez já fossemos autossuficientes".

ALESP



Companhia aponta avanço na oferta de petróleo e diesel no 3º trimestre

RESULTADOS DO 3º TRIMESTRE

Na terça-feira (10), a Petrobras divulgou os resultados do 3º trimestre de 2026. A estatal atingiu lucro líquido de R$ 39,8 bilhões, que corresponde à alta de 21,5% na comparação com o mesmo período do ano passado. O balanço informa que o fluxo de caixa operacional (FCO) alcançou R$ 61,8 bilhões (US$ 12 bilhões), um crescimento de 15% em doze meses.

Em 2026, a Petrobras bateu recorde trimestral na produção de óleo por três vezes, de forma sequencial. Além disso,11 plataformas foram autorizadas a produzir, com segurança, acima da capacidade original sem investimento extra nas unidades de produção.

As vendas de derivados no mercado interno alcançaram 1.854 milhões de barris de petróleo por dia (mbpd) no trimestre, o maior volume desde o terceiro trimestre de 2021 e o melhor resultado com o atual parque de refino. Foi registrado também recorde trimestral na produção de diesel, de 769 mbpd. Já a produção total de derivados atingiu 1.873 mbpd no período. No terceiro trimestre, o montante de investimento chegou a R$ 33 bilhões (US$ 6,4 bilhões).